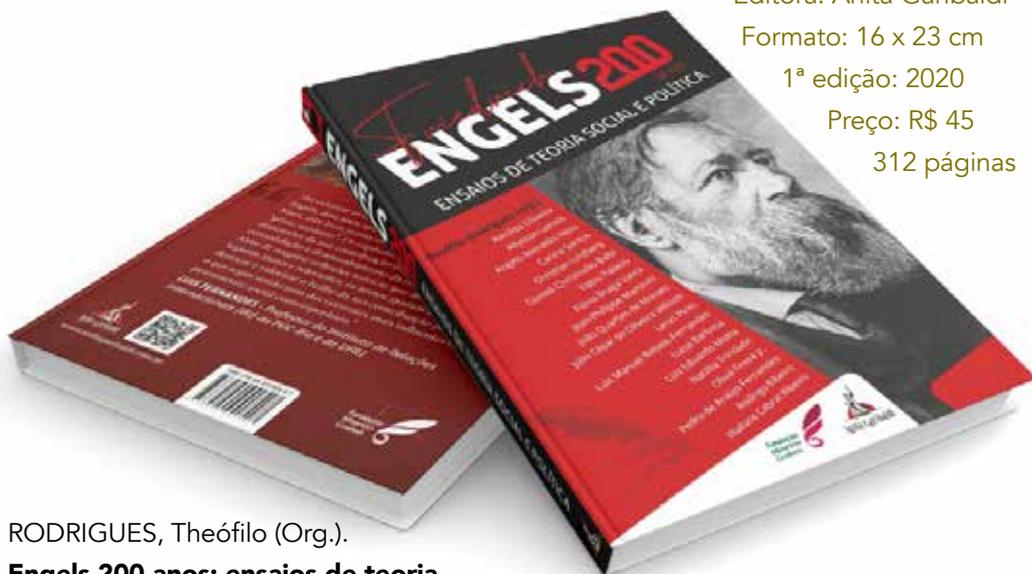


Editora: Anita Garibaldi
 Formato: 16 x 23 cm
 1ª edição: 2020
 Preço: R\$ 45
 312 páginas



RODRIGUES, Theófilo (Org.).

Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política.

São Paulo: Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois, 2020.

Um Engels permanente para mais 200 anos de teoria e prática

A persistent Engels for another 200 years of theory and practice

Josué medeiros*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.017>

Existem duas formas de celebrar criticamente uma efeméride do porte dos 200 anos de nascimento de Friedrich Engels, um dos pais fundadores, junto com seu célebre amigo, Karl Marx, da corrente política e teórica conhecida como marxismo. A primeira é recuperar seus méritos intelectuais, tarefa fundamental para avançarmos em uma compreensão mais completa das origens da teoria e prática marxista e necessária para que se faça justiça a Engels, tão detratado quanto seu parceiro, se não ainda mais do que ele. A segunda consiste no esforço de atualizar uma herança política e intelectual que é complexa e contraditória, atravessada por diversas inscrições

O Engels que resulta das 300 páginas escritas por 40 mãos é gigante, não porque elas façam uma mera apologia de suas realizações, mas sim porque se resgatam de modo fiel suas contribuições e limites

temporais e enraizada em distintas geografias e formações histórico-nacionais ao redor do globo nesses dois séculos que nos separam do nascimento do revolucionário alemão. O livro *Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política*, organizado pelo amigo, camarada e cientista político Theófilo Rodrigues, navega nesse duplo movimento de entender o passado e pensar e agir no presente/futuro.

Na relação com o legado do personagem homenageado, os 16 artigos que compõem a coletânea apresentam toda a riqueza de sua trajetória, alcançando as várias dimensões em que ele agiu e refletiu. Ao terminar a leitura, é impossível permanecer com os preconceitos que cercam a vida e obra do companheiro mais direto de Marx. O Engels que resulta das 300 páginas escritas por 40 mãos é gigante, não porque elas façam uma mera apologia de suas realizações, mas sim porque se resgatam de modo fiel suas contribuições e limites.

Isso aparece de um modo leve e perspicaz nas “profecias” engelsianas: Pedro de Araújo Fernandes aponta para a acertada previsão de Engels sobre uma futura guerra mundial entre as nações capitalistas (p. 249), enquanto Theófilo Rodrigues recupera a aposta equivocada feita pelo revolucionário alemão quanto à brevidade da vida do SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha) que, segundo ele, não duraria nem um ano (p.228). O partido, fundado em 1875, existe e é relevante até hoje.

Obviamente, os textos aqui resenhados não oferecem uma resposta fechada para a missão de renovar as visões e práticas marxistas. Melhor, eles nem se propõem a isso, visto que assumir tal função implicaria não entender nada do que Marx e Engels elaboraram e viveram. Trata-se de uma responsabilidade que é coletiva em seu sentido mais forte, isto é, só se realizará com o protagonismo das classes subalternas. Todavia, estranho seria se as penas aqui reunidas se furtassem a enfrentar o problema da experimentação prática das formulações de Engels no século XXI. Seria, no mesmo sentido, uma completa incompreensão do compromisso ético e político firmado por Engels e Marx em suas vidas. Tal risco inexistiu na seleção feita por Rodrigues: o engajamento nas lutas do povo é um dos traços comuns a todas e todos que escrevem nessa antologia — o outro, sem dúvida, é sua qualidade e capacidade intelectual.

Não é por acaso, aliás, que o vínculo entre a produção intelectual do nosso autor e as lutas sociais da Europa em todos os planos (urbano, rural, nacional, revolu-

cionário e institucional, de classe e de gênero) é um fio comum que liga todas as contribuições da coletânea. Alguns exemplos nos ajudam a preparar o terreno pelo qual a presente resenha avançará. Na questão urbana, Fábio Palácio destaca que “a classe operária é a primeira nascida efetivamente sob o signo da cidade” (p. 273), enquanto Rodrigo Ribeiro enfatiza o pioneirismo de Engels no enfrentamento dos conflitos da “cidade capitalista” (p. 41).

As lutas camponesas também importavam para o revolucionário alemão. Wallace Cabral Ribeiro reconstitui como Engels percebe nas lutas camponesas da Alemanha no século XVI “propostas mais radicais que ameaçavam a hegemonia da Igreja Católica e do mundo feudal” (p. 262) e que se conectavam com as lutas dos trabalhadores do século XIX. Allysson Lemos e Flávia Braga argumentam que ele desenvolveu “uma perspectiva mais dialética e menos determinista” (p. 204) sobre a comuna rural russa no contato com os revolucionários daquele país. E, atravessando o campo e a cidade, Alecilda Oliveira e Natália Trindade trabalham a questão de gênero, na qual Engels apontava a convergência entre “a propriedade privada e a subordinação da mulher” (p. 145).

Lemos e Braga abordam ainda a questão nacional, analisando como ele articulava “a luta dos trabalhadores” com “a luta dos povos oprimidos por suas libertações nacionais” (p. 194). Pedro de Araújo Fernandes demonstra que o pensamento geopolítico de Engels avançou ancorado menos no movimento dos Estados nacionais e mais nos sentidos coletivos da luta revolucionária: “Se antes [em 1848] a guerra era vista como um fator que ameaçava a ordem estabelecida, ela passou a ser vista [em 1870], em grande medida, como uma ameaça ao movimento dos trabalhadores.” (p. 247)

Assim, o que emerge do livro são hipóteses forjadas, conforme procedia Engels, na união de “paixão e análise social” e de “razão e emoção” (p. 82), na precisa síntese de Luísa Barbosa, e que devem ser testadas na prática e no pensamento, sempre em relação dialética e com o cuidado de ponderar seus desenvolvimentos desiguais e combinados no tempo e no espaço. A presente resenha baseia-se no mapeamento dessas hipóteses e das possibilidades que elas abrem.

Faremos isso em três grandes eixos: classes trabalhadoras, instituições políticas e pensamento filosófico.

A SITUAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS ONTEM E HOJE

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, de 1845, é o livro de Engels mais citado na antologia, sendo referido no prefácio, na introdução e em sete capítulos. É interessante que uma obra da juventude do nosso autor seja a mais usada para valorizar suas contribuições, quebrando um certo paradigma de hierarquizar um suposto momento “maduro” dos intelectuais, em geral ligado à ideia de que mais idade traz mais sabedoria. Ademais, entendemos que a força do estudo do jovem Engels se apre-

senta também na exploração das hipóteses sobre a necessária renovação do marxismo. Afinal, qual é a situação das classes trabalhadoras no mundo de hoje?

O plural é fundamental para responder à pergunta. De que classe trabalhadora falamos? A industrial? A dos serviços tradicionais, tal qual o comércio? Ou a da juventude que se espalha nos *telemarketings*? A classe trabalhadora estatal? Ou aquela envolvida no mundo das novas tecnologias, a classe trabalhadora das plataformas, da “uberização”, dos aplicativos de entrega? Ou, ainda, se nosso foco está somente nos setores formalizados, detentores de direitos, ou se o ampliamos para os informais e desempregados. Tão importante quanto é mobilizar os recortes de gênero e de raça: a situação da classe muda muito se são trabalhadoras mulheres ou se são negras ou negros ou se são migrantes ou não.

Não se trata de afirmar a diversidade para negar a importância da categoria trabalho. Concordamos com Luísa Barbosa sobre sua centralidade e como esta se manifesta em um duplo caráter. Primeiro, o trabalho é a atividade fundamental que nos faz humanos. Ela afirma que “a centralidade do trabalho é muito mais que o fundamental processo de produção e de reprodução material da vida humana em sociedade. É, sim, condição fundante para tornar-nos humanos”. E conclui afirmando que o trabalho “é o processo em que os homens produzem a si próprios” (p. 82). João Quartim de Moraes vai no mesmo sentido e pontua que “o ‘salto’ das formas pré-humanas à forma humana do trabalho constitui o elo decisivo da hominização: o *homo* se tornou *sapiens* ao se tornar *faber*. Mão e cérebro foram igualmente decisivos” (p. 106).

Entretanto, há anulação do ser humano pelo trabalho quando este se torna exploração, quando é mera forma de garantir subsistência. Barbosa destaca que uma das consequências desse processo é o ódio. O trabalhador odeia o trabalho “porque sente os constrangimentos que implica a sua inutilidade para si mesmo” (p. 91). Do ódio pode vir a revolta, e ela completa: “O operário é enterrado vivo na fábrica, que o debilita física e espiritualmente. Engels defende que a revolta é o único sentimento que se pode semear no ambiente fabril.” Reforçando o mesmo ponto, Christian Lindberg constata que Engels “afirma que o trabalho manual realizado na indústria desgasta o trabalhador, no âmbito tanto físico quanto mental, embrutecendo-o”. Entretanto, prossegue o autor, “tal situação propicia a revolta e o aguçamento da inteligência, que pode servir como catalisador para a revolta” (p. 174).

O problema dessa reconstituição do argumento engelsiano é a singularidade. A fábrica. A indústria. Barbosa chega a desenvolver sua visão sobre as mudanças do mundo do trabalho no século XXI, sobre o papel da tecnologia. Onde então formulamos a seguinte pergunta: e como ficam esse ódio e revolta hoje nos plurais das classes trabalhadoras? Não temos a resposta, ninguém tem. É preciso reafirmar, novamente, que somente o movimento coletivo praxiológico e teórico poderá chegar perto de uma resposta. Mas, ainda assim, o incômodo de não existir hoje nada que se assemelhe ao clássico livro de Engels permanece.

Carina Santos e Lenin Pires nos apresentam o Engels etnógrafo, que, para além da visão evolucionista típica da época, consegue estabelecer com a classe trabalhadora uma relação de reflexividade e alteridade. “Durante 21 meses Engels travou conhecimento direto com o proletariado inglês, sem ‘intérpretes’”, produzindo o que eles chamam de um “acercamento intelectual” capaz de produzir “um quadro fidedigno não apenas de uma época, mas de todo um mecanismo pelo qual se pode reconhecer a construção da modernidade urbana” (p. 75). A questão é, então, como e por que perdemos, nos dias atuais, essa capacidade de nos acercar das classes e produzir *com elas* (e jamais *por elas*) um quadro mais preciso sobre o capitalismo contemporâneo.

Devemos, enfim, buscar algumas pistas de como refazer essa conexão na obra do nosso bicentenário revolucionário. Primeiro, o problema da situação social extrema, da pobreza, miséria, má alimentação, saúde degradada. São dores provocadas pela exploração do trabalho, mas vivenciadas também fora do espaço fabril, nas periferias, nas moradias precárias, na migração. A questão urbana é, portanto, chave no processo contemporâneo, de um modo ainda mais fundamental do que no século XIX. Rodrigo Ribeiro mostra os achados de Engels sobre essa dimensão, os quais são extremamente atuais: “No espaço urbano está circunscrita ‘uma guerra social, a guerra de todos contra todos’ [...]. A guerra social é explícita: de um lado, a grande cidade está tomada pela indiferença e o egoísmo, e, de outro, pela extrema pobreza.” (p. 54) Hoje, podemos acrescentar, a cidade é justamente o território em que a classe (a despeito da sua diversidade e sem perdê-la) se unifica, cumprindo o papel que antes era da fábrica. Qual é a consequência disso para suas lutas?

Uma segunda pista tem a ver com o fenômeno religioso, tema cada vez mais presente na conjuntura política devido ao papel das lideranças evangélicas conservadoras, não só no Brasil, mas em todo o continente americano. Aqui o mérito de Engels, conforme nos mostra Wallace Cabral Ribeiro, foi justamente destacar a diversidade onde parecia haver unidade. Para além do luteranismo, nosso autor percebe que “as heresias se diferenciavam entre si conforme a classe social” (p. 262), sendo que a revolta dos mais pobres desemboca em um projeto radical contra a ordem, pois “as profundas mudanças no sistema social favoreceram a produção de novas concepções de sociedade no porvir” (p. 266). Seguramente há diversidade também no fenômeno religioso atual, que se relaciona com uma nova época de mudanças profundas no sistema social. Como as lutas podem se relacionar com essa diversidade?

Por fim, como última mas não menos importante pista, temos a questão de gênero. Já mencionamos que Alecilda Oliveira e Natália Trindade recuperaram a convergência proposta por Engels entre a submissão da mulher e a propriedade privada. Além disso, ele engloba nesse processo o Estado-nação moderno, como a entidade que sistematizará o processo de dominação sobre as mulheres iniciada pela família monogâmica. Elas analisam que esse tipo de família é a “unidade socioeconômica local-base para constituição do Estado moderno como o conhecemos atualmente” (p. 151).

Se nas pistas anteriores (conflitos urbanos, fenômeno religioso) terminamos com perguntas sobre como a atualização das lutas se relaciona com tais questões, no caso da questão de gênero o ódio e revolta feministas se manifestam em lutas que apontam diretamente para o caráter patriarcal do Estado, tais como a “Primavera feminista” contra Eduardo Cunha em 2015 no Brasil e o movimento chileno “Un violador en tu camino” em 2019. As lutas feministas já mobilizam milhões de pessoas em uma configuração das classes subalternas que não só resistem no presente como antecipam o futuro: aqui destacamos a recente conquista do direito ao aborto pelas mulheres argentinas. A isso se soma a questão racial, não abordada por Engels, mas que incendiou os Estados Unidos ao longo de 2020 com o movimento “Black Lives Matter”, sem o qual nos parece impossível explicar a derrota de Donald Trump nas últimas eleições presidenciais.

A relação direta que movimentos feministas e antirracistas fazem entre suas opressões e o Estado nos leva ao próximo eixo desta resenha, na qual seguiremos com Engels e seus intérpretes e o tema das instituições.

CRÍTICA AOS PROGRAMAS DE GOTHA DE ONTEM E DE HOJE

Que as instituições do século XXI não são as mesmas que Engels conheceu no século XIX, é uma obviedade histórica. Ainda assim, ele foi capaz de analisar, sobretudo a partir dos anos 1870, tendências de ampliação do Estado (pensada em termos gramscianos) que convergem em grande medida para o tipo de relação que as classes subalternas desenvolveram com o Estado nos países ocidentais (também entendido aqui com base na tipologia de Gramsci). Ao mesmo tempo, a chamada “crise da democracia” parece restituir certas características políticas e sociais do momento anterior, aquele do jovem Engels do *Manifesto comunista* e da Revolução de 1848.

Primeiro, trata-se de refazer o movimento engelsiano sobre as instituições da segunda metade do século XIX. Angelo Remedio Neto nos mostra que “o direito é elemento fundamental da revolução burguesa que atravessa a Europa no século XIX”. Prossegue ele afirmando que “os princípios de liberdade e igualdade levantados na Revolução Francesa se tornam os princípios fundamentais de legitimação do poder burguês” (p. 212). Assim, tanto a propriedade privada quanto a relação mercantil de trabalho estavam garantidas. O movimento inicial de Engels (e Marx) foi o de denunciar os limites dessa igualdade jurídica: “Não seriam a liberdade e a igualdade jurídicas capazes de uma emancipação da classe operária. O próprio fundamento de sua existência seria eminentemente burguês e deveria ser superado.” (p. 213)

O quadro fica mais complexo à medida que o movimento operário passa a ter conquistas concretas e objetivas, seja na ação sindical, seja na pressão sobre o parlamento e, por fim, na dimensão eleitoral. Por exemplo, a conquista da redução da jornada de trabalho, o que será chamado pela I Internacional de “vitória da economia política dos trabalhadores contra a economia política burguesa”¹. Engels vê, portanto,

¹ A expressão encontra-se na antologia de textos da I Internacional organizada por Marcello Musto. Cf. MARX, Karl. (1864). “Vários”. MUSTO, Marcello. *Trabalhadores, Uni-Vos! Antologia Política da I Internacional*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.

que “a melhoria de condições de vida a partir do direito pode ampliar a capacidade de luta do partido revolucionário” (p. 213). Ele alertava para que essa visão não gerasse um rebaixamento do horizonte revolucionário. Era preciso lembrar sempre da “impossibilidade de uma transformação efetiva da sociedade por meio de reivindicações jurídicas” (p. 216).

Ocorre que esse processo de conquistas não se resumiu ao campo jurídico. Politicamente, a classe trabalhadora passava por duas grandes transformações que iriam impactar as formulações do nosso autor. A primeira foi traduzida por Pedro de Araújo Fernandes a partir da díade guerra e revolução. A segunda se materializa no sufrágio universal.

Fernandes trabalha com o par de conceitos guerra e revolução para analisar o papel da violência em Engels (e em Marx). Faz isso historicizando o modo como os fundadores do marxismo entendiam essas noções. Ele argumenta então que, nos textos próximos a 1848 — ano em que explode o processo revolucionário conhecido como Primavera dos Povos —, para eles “a revolução iria assumir, de modo inevitável, uma forma violenta. Ao mesmo tempo, eles abordavam a guerra como um elemento desestabilizador do *status quo*, capaz de acelerar o processo histórico rumo ao seu desfecho inexorável (p. 242). Contudo, como sabemos, a revolução foi derrotada. Segundo Fernandes, Engels conclui, estudando o avanço da tecnologia militar, que “batalhas de rua se tornariam menos importantes, enfraquecidas no seu potencial revolucionário” (p. 245). Havia ainda o problema do recrutamento em massa, formando os grandes exércitos nacionais e, com eles, o próprio sentimento nacional, com enorme potencial de enfraquecer a solidariedade de classe. “A perspectiva de grandes guerras entre povos, desvinculadas do elemento dinástico, ameaçava a solidariedade internacional proletária e funcionava como um instrumento político de repressão contra os movimentos dos trabalhadores.” (p. 247)

A derrota da Comuna de Paris em 1871 e as vitórias eleitorais do SPD levaram Engels, ainda de acordo com Fernandes, a escrever em 1895 que “o tempo das insurreições havia chegado ao fim”. Mais do que isso, “para ele as condições da época favoreciam inequivocamente as forças reacionárias nesse tipo de conflito”. E conclui que “tais forças buscavam provocar os revolucionários para um conflito armado aberto para, então, os aniquilarem” (p. 250). Fernandes chega ao mesmo ponto em que Remedio sobre o direito: Engels, apesar da análise concreta, seguia afirmando a perspectiva revolucionária e criticando o caminho reformista. Este se fortalecia à medida que o sufrágio universal se consolidava.

Theófilo Rodrigues é quem vai abordar essa questão por meio de sua análise sobre os partidos políticos e a obra de Engels. Aqui também é necessário fazer um percurso histórico similar àqueles encontrados nos textos de Remedio e Fernandes. Na primeira metade do século XIX, no calor do processo revolucionário, o partido, para Marx e Engels, eram movimentos revolucionários, tal qual aparece no *Manifesto Comunista* e nas formulações da I Internacional. A derrota da comuna em 1871 e a criação do SPD em 1875 levam os autores a um novo tipo de problema: a organização

partidária propriamente dita, como uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, representante da classe.

Rodrigues demonstra que Engels, assim como Marx, foi crítico do SPD na criação do partido pela hegemonia de outros setores socialistas. Contudo, ambos apoiaram a fundação do partido, entendendo que “a criação do SPD estava acima das questões teóricas” (p. 229). A partir de 1883, com a morte de Marx, Engels procura disseminar esse tipo de organização pela Europa e, de fato, graças ao seu empenho as diversas correntes socialistas se unificam e fundam a II Internacional.

O SPD segue seu curso de conquistas eleitorais e inicia a revisão do seu programa em 1891. Rodrigues analisa a nova contrariedade de Engels, incomodado com o rebaixamento do horizonte revolucionário na questão da “ditadura do proletariado”, que nem sequer aparece no documento final (p. 232). Analisando o mesmo texto de 1895 já abordado por Fernandes, Rodrigues afirma que “essa análise só poderia ter uma conclusão: pelo uso do sufrágio universal, ou seja, pela via eleitoral, os socialistas chegariam ao poder” (p. 234). Ora, podemos concluir então que Engels teria abandonado a perspectiva revolucionária? Rodrigues entende que não, pois, segundo ele, “sabia bem que, se os socialistas chegassem ao poder pela via eleitoral, as classes dominantes seriam as responsáveis pela subversão, ou seja, pela quebra das regras do jogo” (p. 234), e que, nesse caso, os socialistas poderiam recorrer à violência revolucionária.

É aqui que toda essa reconstrução analítica e histórica do desenvolvimento do pensamento de Engels e, em paralelo, do próprio fazer-se (no sentido thompsonianiano) político dos trabalhadores, se encontra com as hipóteses sobre a renovação da esquerda na atualidade. Afinal, o que vivemos hoje é justamente o movimento em que as classes dominantes quebram as regras do jogo — golpe de 2016 no Brasil, entre outros — e radicalizam os processos políticos violentos, como ocorre com o trumpismo e com o bolsonarismo. Mais do que isso, o resultado de melhores condições de vida para as classes, que se manifestou a partir das conquistas eleitorais e sindicais, já não faz mais sentido diante da crescente desigualdade social que corrói o tecido social das diversas nações em todo o planeta.

Como vimos, Engels e Marx criticaram o programa político do SPD por rebaixar o horizonte utópico. Tal posicionamento se constitui, então, como mais uma pista que podemos extrair do legado de Engels. É preciso recuperar um sentido anticapitalista nas esquerdas para enfrentar o regime que a cientista política Wendy Brown chama de neoliberalismo autoritário. O desafio, contudo, é como fazer isso sem cair no sectarismo, no dogmatismo, na ação política que só marca posição, no que podemos chamar de “identitarismo de esquerda”, que se satisfaz em se autoproclamar socialista.

A saída passa por conseguir pensar e agir dialeticamente.

A DIALÉTICA ONTEM E HOJE

Voltemos ao texto de Remedio, quando ele demonstra o movimento teórico sobre o direito que Engels opera a partir das conquistas práticas do movimento operário, sobretudo pela via eleitoral, o que poderia “abalar os próprios princípios burgueses do direito”. Remedio afirma que, para o revolucionário alemão, “a luta por igualdade na boca de um operário no parlamento poderia se tornar uma luta por igualdade real”. E, concluindo o argumento, para Engels, “essa igualdade real não seria resolvida no parlamento, mas despertaria novas possibilidades de luta e contestação” (p. 219).

Wallace Cabral Ribeiro nos mostrou que Engels desenvolveu exatamente o mesmo raciocínio sobre a possibilidade de subverter os escritos da Bíblia católica a partir de sua tradução para além do latim pela Reforma Protestante. “No sentido dialético, a mesma Bíblia que serviu de instrumento de dominação, de justificativa das desigualdades sociais, [...] agora, nas mãos dos insurgentes, ganhava novas interpretações” (p. 262).

Um terceiro exemplo de historicização que permite a passagem de um pensamento mecanicista para uma perspectiva dialética está na já citada colaboração de Lemos e Braga sobre a questão nacional. Para os autores, na medida em que “cada nação abriga em si antagonismos fundantes da sociedade capitalista” e que, portanto, não são entidades autônomas em si, “não há receita ou dogma possível em sua compreensão, mas sim a ampliação de uma visão de mundo, de um método histórico-filosófico, para a sua interpretação” (p. 209), e foi exatamente isso que levou Engels a avançar em sua visão sobre a comuna russa e também ele e Marx a questionarem o papel do colonialismo e do progresso, apoiando as lutas dos países periféricos (p. 206).

Ainda no esforço de historicizar a dialética, há o debate em torno da relação de Engels com o Romantismo alemão do século XIX. Júlio César de Oliveira Vellozo argumenta que Engels e Marx estabeleceram com esse movimento uma relação “pendular de repulsa e absorção”, resultando em “uma influência parcial que não se deu sob os elementos mais nodais do pensamento dos dois autores” (p. 25). Isso tanto afasta a ideia de que o marxismo é uma criação totalmente nova quanto afirma que se trata sim de uma criação original, a qual desenvolve para uma nova direção elementos teóricos, filosóficos e culturais já presentes no mundo.

Esse desenvolvimento que é o marxismo é traduzido por Fábio Palácio como uma tradição intelectual e cultural, tradição esta que enfrenta um triplo desafio: o de continuar (p. 277), o de se popularizar (p. 278) e de se desenvolver a partir dos novos processos históricos e políticos (p. 279). Palácio destaca que, quanto mais restrita à elite, mais a tradição é vulgarizada e mais chances tem de morrer (p. 280). Engels, sabendo disso, buscou justamente ampliar o alcance do marxismo.

Essa ressalva é importante porque, em grande medida, os debates em torno da dialética como pedra fundamental do edifício teórico do marxismo em muito in-

correm nesse equívoco da vulgarização pela elitização. Uma vez que é um problema complexo, quem se ocupa dele são setores acadêmicos e/ou organizações políticas de classe média, sem qualquer tipo de capilaridade social e no mais das vezes extremamente sectários. Com frequência, utilizam nestes debates uma linguagem cifrada de difícil compreensão mesmo para pessoas com formação acadêmica, constituindo um ambiente hostil à pluralidade e hermético ao sentido prático fundamental para o marxismo.

Ao historicizar o pensamento de Engels (e Marx) podemos perceber que o desenvolvimento dessa tradição se deu justamente no contato com a classe, com as lutas, com as criações políticas coletivas (o partido, o sindicato). Os exemplos da relação com o direito, com a religião, com o Romantismo e com a nação atestam bem esse processo.

Também a relação de Engels com as ciências exatas ajuda nessa reflexão. Moraes analisa a biologia e a passagem do fixismo para o transformismo: com isso, a natureza também é historicizada (p. 100). Jean-Philippe Martinez e Olival Freire Jr. analisam o modo como três físicos do século XX se apropriaram da obra de Engels. Os resultados, embora diversos, apontam para um conhecimento aberto, pautado por noções como “verdades relativas” (p. 117), “teoria relativa aos meios de observação, complementar e probabilística” (p. 121) e “possibilidade potencial” (p. 122).

No mesmo sentido, Luiz Eduardo Motta aborda como a dialética impacta as ciências sociais e humanas no tenso movimento de categorias do tipo “determinação em última instância” e “autonomia relativa”. Para ele, Engels destaca que o econômico em última instância não anula as incertezas do processo histórico nem a pluralidade de determinações (p. 129). Motta demonstra que o revolucionário alemão confere papel central ao acaso na história e que seu pensamento e ação caminham na existência “de uma contradição entre o certo e o incerto, dando margem a múltiplas possibilidades com resultados variados” (p. 144).

Por fim, para completar a reflexão sobre a aplicação da dialética nas áreas do conhecimento, Danieli Christovão Balbi analisa como a produção de uma cultura politizada e engajada resultou no realismo socialista. Este, antes de se tornar propaganda oficial stalinista, se afirmava como uma prática cultural que buscava o engajamento pela veracidade sem, como pregava Engels, “apresentar ao leitor a futura solução”. O mais importante era suscitar dúvidas e engajamento, culminando em uma noção de cultura que “não é nem reflexo nem retrato” (p.189) da realidade, mas é ela mesma, dialeticamente, sujeito histórico da transformação – tal qual Engels foi e tal qual, esperamos, modesta e esperançosamente, este livro possa se tornar.

* Professor de Ciência Política da UFRJ e do PPGCS/UFRRJ.

► Texto recebido em dezembro de 2020; aprovado em dezembro de 2020.